

2020

**ATOS
NORMATIVOS**

INEP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | **MEC**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | **INEP**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO INEP



ATOS NORMATIVOS DO INEP
em cumprimento ao art. 12 do Decreto
nº 10.139, de 28 de novembro de 2019

Brasília-DF
Inep/MEC
2020



PRESIDÊNCIA DO INEP

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EQUIPE TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO

Bartira Neri Barbosa de Castro
Carolina Fonseca Cotta

Maria Fernanda Vitorino Conti
Patrícia Vieira Silva

APOIO JURÍDICO

André Rufino do Vale

Nayara Rodrigues de Lima Kohler

REVISÃO LINGUÍSTICA

Victor Franco da Mata Ferreira

GRUPO DE TRABALHO instituído pela Portaria nº 306, de 13 de abril de 2020

Alexandre André Santos – DAEB
Ana Paula de Siqueira Gaudio – DGP
Augusto Marques de Castro Oliveira – DIREC
Bartira Neri Barbosa de Castro – PRESIDÊNCIA
Danusa Fernandes Rufino Gomes – DIREC
Dayse Souza da Silva – DTDIE

Ellen Cristina Maciel C Moreira – DAES
Flávia de Freitas Costa – DAES
Flávia Machado Neiva Ferreira – PRESIDÊNCIA
Jane Severino Nunes – DAES
José Carlos Leal Ribeiro – PRESIDÊNCIA
Luciana Guimarães Costa Briner – DEED

Marco Aurélio Khoury Porto – DTDIE
Mária Vilma Valente de Aguiar – DAEB
Murilo Sergio Braga do Amaral – DGP
Patrícia Vieira Silva – PRESIDÊNCIA
Sandra Corrêa Mota – DEED

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS (DIREC)

COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (COEP)

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Raphael C. Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL
José Miguel dos Santos

REVISÃO GRÁFICA
Carla Nascimento

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Atos normativos do INEP*: em cumprimento ao art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. Brasília, DF: INEP, 2020..

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)	
Portaria n.º 110, de 4 de dezembro de 2002	Fica estabelecida, na forma desta Portaria e de seu Anexo I, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2003, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria n.º 61, de 22 de agosto de 2003	Altera o art. 15 da Portaria n.º 110, de 4 de dezembro de 2002.
Portaria n.º 53, de 19 de maio de 2004	O período de inscrição do Enem, estipulado no art. 6º da Portaria Inep n.º 24, de 23 de março de 2004, fica prorrogado para o período de 20 a 26 de maio de 2004 em todas as escolas de ensino médio.
Portaria n.º 6, de 2 de fevereiro de 2005	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2005, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria n.º 152, de 10 de agosto de 2005	Altera o caput do art. 15 da Portaria Inep n.º 6, de 2 de fevereiro de 2005.
Portaria n.º 7, de 19 de janeiro de 2006	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2006, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria n.º 26, de 23 de março de 2006	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2006, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria n.º 8, de 6 de fevereiro de 2007	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2007, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria n.º 55, de 3 de abril de 2008	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2008, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria n.º 99, de 3 de julho de 2008	Reabrir as inscrições para participação no Enem 2008, exclusivamente via internet, no período compreendido entre as 8 horas do dia 7 de julho de 2008 e 23 horas e 59 minutos do dia 11 de julho de 2008, observado o horário oficial de Brasília (DF).
Portaria n.º 109, de 27 de maio de 2009	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2009, como procedimento de avaliação do desempenho escolar e acadêmico dos participantes, para aferir o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania.

ENEM

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
Portaria n.º 244, de 22 de outubro de 2009	Altera a Portaria n.º 109, de 27 de maio de 2009, republicada no Diário Oficial da União n.º 107, de 8 de julho de 2009, seção 1, pp. 14 a 20.
Portaria n.º 317, de 2 de dezembro de 2009	O Inep aplicará o Enem 2009 nas unidades prisionais que atendam aos requisitos estabelecidos nesta Portaria.
Portaria n.º 2, de 8 de janeiro de 2010	O Inep aplicará o Enem 2009 nas unidades prisionais constantes no rol formalizado pela Diretoria de Tratamento Penal dos estados de Rio Grande do Sul e de São Paulo, devidamente protocolizados até 8 de janeiro de 2010, que atendam aos requisitos.
Portaria n.º 202, de 8 de julho de 2010	Prorroga para as 23 horas e 59 minutos do dia 16 de julho de 2010 o término das inscrições do Enem 2010, constante no item 1.2 do Edital n.º 1, de 18 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2010, seção 3, p. 59.
Portaria n.º 42, de 14 de fevereiro de 2012	Revoga a Portaria n.º 110, de 18 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n.º 96, de 20 de maio de 2011, seção 1, p. 16.
Portaria n.º 47, de 23 de fevereiro de 2012	Instituir a realização de oficinas centralizadas e/ou descentralizadas de elaboração e revisão de itens para o Banco Nacional de Itens (BNI) nos ambientes seguros do Inep ou das instituições de educação superior credenciadas, conforme procedimentos descritos em editais próprios.
Portaria n.º 144, de 24 de maio de 2012	Dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio ou declaração parcial de proficiência com base no Enem.
Portaria n.º 342, de 28 de setembro de 2012	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para cálculo e divulgação da proficiência média dos estudantes que realizaram o Enem 2011, por unidade escolar.
Portaria n.º 15, de 21 de janeiro de 2013	Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de dados e resultados dos participantes do Enem, por parte de instituições de educação superior, como mecanismo de acesso ao ensino superior ou em processos seletivos.
Portaria n.º 179, de 28 de abril de 2014	Dispõe sobre o processo de certificação, as competências das instituições certificadoras e do Inep e os requisitos necessários à obtenção de certificado de conclusão do ensino médio e declaração parcial de proficiência com a utilização dos resultados de desempenho obtidos no Enem.
Portaria n.º 436, de 5 de setembro de 2014	Estabelece procedimentos e prazos para a utilização dos resultados no Enem em processos seletivos de acesso a vagas em instituições de educação superior, nacionais e estrangeiras, e em processos de certificação de conclusão do ensino médio realizados pelas Secretarias de Estado da Educação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

ENEM

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ENEM	Portaria n.º 533, de 30 de outubro de 2014	Estabelece os procedimentos e critérios para a divulgação dos resultados do Enem 2013 por escola.
	Portaria n.º 572, de 26 de novembro de 2014	Alterar o prazo estabelecido para divulgação preliminar dos resultados do Enem 2013 por escola, previsto no art. 4º, da Portaria n.º 533, de 30 de outubro de 2014, para 1º de dezembro de 2014.
	Portaria n.º 267, de 19 de junho de 2015	Estabelece os procedimentos e critérios para a divulgação dos resultados do Enem 2014 por escola.
	Portaria n.º 501, de 27 de setembro de 2016	Estabelece critérios e procedimentos de cálculo e de divulgação dos resultados do Enem 2015 por escola.
	Portaria n.º 244, de 19 de março de 2019	Constituir comissão com a finalidade de realizar leitura transversal dos itens disponíveis no BNI, para montagem das provas do Enem 2019.
	Portaria n.º 727, de 19 de agosto de 2019	Institui as Comissões de Assessoramento Técnico-Pedagógico da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep.
	Portaria n.º 728, de 19 de agosto DE 2019	Institui a Comissão de Assessoramento Técnico-Pedagógico em Adaptação para Exames e Avaliações da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep.
	Portaria n.º 771, de 30 de agosto DE 2019	Institui a Comissão de Assessoramento em Psicometria do Inep.
	Portaria n.º 900, de 25 de outubro de 2019	Recria a Comissão Assessora em Educação Especial e Atendimento Especializado em Exames e Avaliações da Educação Básica, instituída pela Portaria n.º 438, de 9 de setembro de 2014, extinta pelo Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019.
SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)		
SAEB	Portaria n.º 69, de 4 de maio de 2005	Estabelece a sistemática para a realização da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) no ano de 2005.
	Portaria n.º 89, de 25 de maio de 2005	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) no ano de 2005.
	Portaria n.º 47, de 3 de maio de 2007	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil) e da Aneb no ano de 2007.
	Portaria n.º 87, de 7 de maio de 2009	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Anresc/Prova Brasil e da Aneb no ano de 2009.
	Portaria n.º 149, de 16 de junho de 2011	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Anresc/Prova Brasil e da Aneb no ano de 2011.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
SAEB	Portaria n.º 403, de 31 de outubro de 2011	Realização de edição especial da Anresc/Prova Brasil 2011 em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e municípios.
	Portaria n.º 410, de 3 de novembro de 2011	Os municípios que implantaram o ensino fundamental de nove anos em 2008 poderão requerer ao Inep a não divulgação de seus resultados na Anresc/Prova Brasil 2011 e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2011 até o final do mês de fevereiro de 2012.
	Portaria n.º 152, de 31 de maio de 2012	Resultados preliminares do Saeb/Prova Brasil 2011 disponíveis para os gestores educacionais no dia 4 de junho de 2012.
	Portaria n.º 304, de 21 de junho de 2013	Fica estabelecida a sistemática para a realização das avaliações do Saeb, composto pela Anresc, a Aneb e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), no ano de 2013.
	Portaria n.º 414, de 29 de julho de 2013	Dispõe sobre a divulgação dos requerimentos deferidos para realização da Anresc no ano de 2013.
	Portaria n.º 456, de 31 de julho de 2013	Referente à quantidade exigida de alunos presentes para realizar a ANA ou a Prova Brasil.
	Portaria n.º 174, de 13 de maio de 2015	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização das avaliações do Saeb, composto pela Anresc e a Aneb, no ano de 2015.
	Portaria n.º 424, de 9 de outubro de 2015	Propõe consulta pública para coletar contribuições para o aprimoramento dos indicadores selecionados para o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Educação (2014-2024).
	Portaria n.º 410, de 22 de Julho de 2016	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a estratégia para a realização da ANA, no ano de 2016.
	Portaria n.º 447, de 24 de maio de 2017	Estabelece diretrizes para o planejamento e a operacionalização do Saeb no ano de 2017.
	Portaria n.º 271, de 22 de março de 2019	Estabelece as diretrizes de realização do Saeb no ano de 2019.
	Portaria n.º 366, de 29 de abril de 2019	Estabelece as diretrizes de realização do Saeb no ano de 2019.
Portaria n.º 328, de 5 de maio de 2020	Indicação dos interlocutores das avaliações da educação básica.	
EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS (ENCCEJA)		
ENCCEJA	Portaria n.º 77, de 16 de agosto de 2002	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Encceja 2002.
	Portaria n.º 111, de 4 de dezembro de 2002	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seus Anexos I e II, a realização do Encceja 2003.
	Portaria n.º 44, de 10 de março de 2005	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seus Anexos, a realização do Encceja 2005.
	Portaria n.º 195, de 26 de setembro de 2005	Altera o artigo primeiro da Portaria n.º 145, de 3 de agosto de 2005: Art. 1º – A realização do Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos (Encceja), estipulado no art. 10º da Portaria Inep n.º 44, de 10 de março de 2005, fica transferido para o período de 19 e 20 de novembro de 2005, mantendo-se os horários estipulados, bem como as demais disposições.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ENCCEJA	Portaria n.º 93, de 7 de julho de 2006	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Encceja 2006.
	Portaria n.º 102, de 13 de julho de 2006	O período de realização do Encceja, estipulado no art. 8º da Portaria Inep n.º 93, de 7 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2006, fica transferido para o período de 18 a 19 de novembro de 2006, mantendo-se os horários estipulados, bem como as demais disposições.
	Portaria n.º 131, de 4 de agosto de 2006	Fica estabelecido o período de adesão pelas Secretarias de Educação (estaduais, do Distrito Federal ou municipais) ao Encceja, estipulado no artigo 1º desta Portaria.
	Portaria n.º 164, de 17 de outubro de 2006	Estabelece as condições para aprovação em cada prova e as referências para a certificação dos participantes aprovados nas modalidades do Encceja 2006, em estudo pelo Inep, disponível em cada Secretaria de Educação (estaduais, municipais e do Distrito Federal) e instituições que aderiram ao exame, a partir de 20 de outubro de 2006.
	Portaria n.º 44, de 20 de abril de 2007	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Encceja 2007.
	Portaria n.º 100, de 4 de julho de 2008	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Encceja 2008, no Brasil.
	Portaria n.º 136, de 8 de agosto de 2008	Fica regulamentada, na forma desta Portaria, a realização do Encceja 2008 para brasileiros residentes no exterior.
	Portaria n.º 192, de 22 de outubro de 2008	Altera o caput do art. 5º, da Portaria Inep n.º 100, de 4 de julho de 2008.
	Portaria n.º 147, de 4 de setembro de 2008	Regulamenta o art. 3º da Portaria Ministerial n.º 3.415, de 21 de outubro de 2004, no que tange à fundamentação teórico-metodológica do Encceja.
	Portaria n.º 173, de 31 de julho de 2009	Fica regulamentada, na forma desta Portaria, a realização do Encceja para brasileiros residentes no exterior.
	Portaria n.º 174, de 31 julho de 2009	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Encceja 2009.
Portaria n.º 252, de 30 de outubro de 2009	Prorroga as inscrições do Encceja 2009. Altera o caput do artigo 5º, 10º, 23 e 24 da Portaria Inep n.º 174, de 31 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2009.	
EXAME PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTRANGEIROS (CELPE-BRAS)		
CELPE-BRAS	Portaria n.º 1.049, de 11 de dezembro de 2008	Credenciar instituições como postos aplicadores do Celpe-Bras.
	Portaria n.º 218, de 23 de setembro de 2009	O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), será expedido mediante o resultado do exame efetuado nas instituições devidamente credenciadas – postos aplicadores – pelo MEC.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ENCCEJA	Portaria n.º 29, de 27 de janeiro de 2010	O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), será expedido mediante o resultado do exame efetuado nas instituições devidamente credenciadas (postos aplicadores) pelo MEC.
	Portaria n.º 63, de 10 de março de 2010	Altera a Portaria Inep n.º 29, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Celpe-Bras.
	Portaria n.º 334, de 2 de julho de 2013	Dispõe sobre credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de postos aplicadores e define procedimentos para aplicação do Celpe-Bras.
	Portaria n.º 392, de 9 de setembro de 2015	Credencia como posto aplicador do Celpe-Bras o Centro Cultural Brasil-Líbano, Beirute (Líbano).
	Portaria n.º 415, de 9 de outubro de 2015	Credencia como posto aplicador do Celpe-Bras a Universidade da Califórnia-Davis (EUA).
	Portaria n.º 205, de 2 de maio de 2016	Credenciar como posto aplicador do Celpe-Bras o Instituto LH Idiomas, situado na Rua Juscelino Barbosa, 1597-A Campus 1 (Avenida Amazonas, 5253, Centro, Alfenas – MG).
	Portaria n.º 351, de 22 de junho de 2016	Credenciar como posto aplicador do Celpe-Bras o Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia – MG).
	Portaria n.º 1.049, de 11 de dezembro de 2018	Credencia postos aplicadores do Celpe-Bras.
	Portaria n.º 1.103, de 27 de dezembro de 2018	Credencia postos aplicadores do Celpe-Bras.
Portaria n.º 356, de 21 de maio de 2020	Dispõe sobre credenciamento, descredenciamento e recredenciamento de postos aplicadores; define procedimentos para a realização do Celpe-Bras e determina outras providências.	
EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE)		
ENADE	Portaria n.º 3.284, de 7 de novembro de 2003	Dispõe sobre requisitos e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituição.
	Portaria n.º 2.051, de 9 de julho de 2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.
	Portaria n.º 107, de 22 de julho de 2004	O Enade será aplicado a uma amostra de estudantes de cada curso, nas áreas selecionadas a cada ano, garantida uma nova aplicação em tais áreas em um prazo máximo de três anos.
	Portaria n.º 108, de 22 julho de 2004	O Enade será aplicado no ano de 2004, para as áreas de conhecimento definidas na Portaria n.º 1606, de 1º de junho de 2004, do Ministério da Educação, relacionadas a seguir: Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional E Zootecnia.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
Portaria n.º 2.051, de 9 de julho de 2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes, instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.
Portaria n.º 760, de 1º de agosto de 2007	Regularização da situação de estudantes concluintes habilitados no Enade 2005 e 2006 que não compareceram às provas realizadas em 6 de novembro de 2005 e 12 de novembro de 2006.
Portaria n.º 5, de 20 de março de 2007	Determina as áreas avaliadas pelo Enade 2007.
Portaria n.º 3, de 1º de abril de 2008	Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Enade 2008 e dá outras providências.
Portaria n.º 124, de 7 de agosto de 2008	Dispõe sobre o Enade 2008.
Portaria n.º 129, de 7 de agosto de 2008	O Enade tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.
Portaria n.º 128, de 7 de agosto de 2008	O Enade tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.
Portaria n.º 1.366, de 12 de novembro de 2008	Estudantes habilitados e selecionados para o Enade 2008, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 3º da Portaria Normativa n.º 3/2008, que não participaram na prova realizada no dia 9 de novembro de 2008 poderão apresentar solicitação de dispensa do Enade 2008 no período de 13 a 27 de novembro de 2008.
Portaria n.º 1, de 29 de janeiro de 2009	Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Enade 2009 e dá outras providências.
Portaria n.º 2.051, de 9 de julho de 2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes, instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.
Portaria n.º 8, de 26 de junho de 2009	Altera os critérios de habilitação de estudantes das áreas e cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Enade 2009 e dá outras providências.
Portaria n.º 145, de 25 de junho de 2009	Dispõe sobre os critérios para inscrição junto ao Enade 2009.
Portaria n.º 6, de 6 de janeiro de 2011	Prorrogação até o dia 31 de janeiro de 2011 do prazo para solicitação de dispensa do Enade 2010.
Portaria n.º 5, de 22 de fevereiro de 2010	Determina os estudantes avaliados pelo Enade 2010.
Portaria n.º 1.421, de 20 de dezembro de 2010	Determinadas as regras para a solicitação de dispensa e os critérios de análise.
Portaria n.º 493, de 20 de dezembro de 2010	Dispõe sobre a solicitação de dispensa para o Enade 2010.

ENADE

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
Portaria n.º 9, de 26 de abril de 2010	Dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> aos estudantes concluintes dos cursos de graduação que obtiveram as melhores notas no Enade 2007 e 2008.
Portaria n.º 5, de 22 de fevereiro de 2010	Regulamenta os procedimentos de avaliação do Enade 2010.
Portaria n.º 2.051, de 9 de julho de 2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes, instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.
Portaria n.º 46, de 7 de fevereiro de 2013	Publica os resultados do Conceito Enade 2011 e do Conceito Preliminar de Curso referente ao ano de 2011 (CPC 2011)
Portaria n.º 40, de 12 de dezembro de 2007	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação; o cadastro e-MEC de instituições e cursos superiores; e consolida disposições sobre os indicadores de qualidade, o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis), o Enade e outras disposições.
Portaria n.º 23, de 1º de dezembro de 2010	Altera dispositivos da Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação; o cadastro e-MEC de instituições e cursos superiores; e consolida disposições sobre os indicadores de qualidade, o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis), o Enade e outras disposições.
Portaria n.º 436, de 20 de dezembro de 2011	Estudantes habilitados a realizar o Enade 2011, nos termos do art. 3º, § 2º da Portaria Normativa MEC n.º 8/2011, que não participaram da prova realizada no dia 6 de novembro de 2011 poderão solicitar dispensa do Enade 2011, nos termos e prazos estabelecidos na presente Portaria.
Portaria n.º 338, de 16 de setembro de 2011	Estabelece os procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade às instituições de educação superior.
Portaria n.º 8, de 15 de abril de 2011	Avaliação dos estudantes pelo Enade 2011.
Portaria n.º 188, de 12 de julho de 2011	Diretrizes para avaliação do componente de Formação Geral.
Portaria n.º 216, de 26 de julho de 2011	Dispõe sobre a prova do Enade.
Portaria n.º 419, de 27 de novembro de 2012	Estudantes habilitados a realizar o Enade 2012, nos termos do art. 5º, § 1º da Portaria Normativa MEC n.º 6/2012, que não participaram da prova realizada no dia 25 de novembro de 2012 poderão solicitar dispensa do Enade 2012, nos termos e prazos estabelecidos nesta Portaria.
Portaria n.º 386, de 17 de outubro de 2012	Estabelecer os procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade às instituições de educação superior.

ENADE

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ENADE	Portaria n.º 13, de 27 de junho de 2012	Retifica a Portaria Normativa n.º 6/2012.
	Portaria n.º 6, de 14 de março de 2012	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2012.
	Portaria n.º 683, de 26 de novembro de 2013	Dispõe sobre os estudantes dispensados da prova do Enade.
	Portaria n.º 6, de 27 de março de 2013	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2013.
	Portaria n.º 584, de 3 de dezembro de 2014	Dispõe sobre os estudantes dispensados da prova do Enade.
	Portaria n.º 530, de 27 de outubro de 2014	Estabelecer os procedimentos de divulgação do Conceito Enade, do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), referentes ao ano de 2013, às instituições de educação superior.
	Portaria n.º 471, de 22 de setembro de 2014	Publica os resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (CPC 2011, CPC 2012 e IGC).
	Portaria n.º 536, de 20 de junho de 2014	Fica reaberto o prazo final de inscrição dos estudantes em situação irregular junto ao Enade de anos anteriores.
	Portaria n.º 233, de 2 de junho de 2014	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2014.
	Portaria n.º 255, de 2 de junho de 2014	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2014.
	Portaria n.º 548, de 4 de dezembro de 2015	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2014.
	Portaria n.º 347, de 5 de agosto de 2015	Dispensa membro da Comissão Assessora de Área de Direito.
	Portaria n.º 3, de 6 de março de 2015	Estabelece as regras do Enade 2015.
	Portaria n.º 239, de 10 de junho de 2015	Dispõe sobre o Enade 2015.
	Portaria n.º 5, de 9 de março de 2016	O Enade 2016 será aplicado para fins de avaliação de desempenho dos estudantes dos cursos.
	Portaria n.º 624, de 14 de dezembro de 2016	Estabelece os procedimentos de dispensa de participação no Enade 2016.
	Nota de esclarecimento n.º 1 DAES/INEP, de 30 de junho de 2016	Dispensa Enade 2016: estudantes irregulares de anos anteriores.
	Portaria n.º 1.442, de 9 de dezembro de 2016	Disciplina os procedimentos para apuração de denúncias de irregularidades praticadas pelas instituições de educação superior no Enade.
	Edital n.º 26, de 16 de junho de 2017	Dispõe sobre as diretrizes, os procedimentos e os prazos do Enade 2017.
Portaria n.º 8, de 26 de abril de 2017	Estabelece o regulamento do Enade para o ano de 2017.	

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
Ofício-Circular n.º 5/2017/GAB-Inep	Prorrogação do período de manifestação sobre a revisão e atualização da classificação dos cursos.
Portaria n.º 493, de 6 de junho de 2017	Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Enade 2017.
Portaria n.º 840, de 24 de agosto de 2018	Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
Edital n.º 40, de 19 de junho de 2018	Dispõe sobre as diretrizes, os procedimentos e os prazos do Enade 2018.
Portaria n.º 501, de 25 de maio de 2018	Estabelece o regulamento do Enade 2018.
Portaria n.º 444, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Enade 2018.
Edital n.º 43, de 4 de junho de 2019	Dispõe sobre as diretrizes, os procedimentos e os prazos do Enade 2019 a serem cumpridos pelo Inep, pelas instituições de educação superior e pelos estudantes habilitados.
Portaria n.º 828, de 16 de abril de 2019	Estabelece o regulamento do Enade 2019.
Portaria n.º 518, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Enade 2019.
Portaria n.º 14, de 3 de janeiro de 2020	Estabelece o regulamento do Enade 2020.
Portaria n.º 990, de 2 de abril de 2002	Estabelece as diretrizes para organização e execução da avaliação das instituições de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação.
Portaria n.º 238, de 10 de maio de 2013	Fica reaberto o prazo final de inscrição dos estudantes em situação irregular junto ao Enade de anos anteriores.
Portaria n.º 252, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Gestão Hospitalar.
Portaria n.º 248, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Odontologia.
Portaria n.º 250, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Agronegócio.
Portaria n.º 239, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Educação Física.
Portaria n.º 247, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Nutrição.
Portaria n.º 251, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Gestão Ambiental.
Portaria n.º 245, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Medicina.

ENADE

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ENADE	Portaria n.º 240, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Enfermagem.
	Portaria n.º 237, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Agronomia.
	Portaria n.º 246, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Medicina Veterinária.
	Portaria n.º 242, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Fisioterapia.
	Portaria n.º 253, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Radiologia.
	Portaria n.º 243, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Fonoaudiologia.
	Portaria n.º 249, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Serviço Social.
	Portaria n.º 254, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Zootecnia.
	Portaria n.º 241, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Farmácia.
	Portaria n.º 287, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Agronomia.
	Portaria n.º 298, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Odontologia.
	Portaria n.º 294, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Formação Geral.
	Portaria n.º 300, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Agronegócio.
	Portaria n.º 303, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Gestão Hospitalar.
	Portaria n.º 295, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Medicina.
	Portaria n.º 293, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Fonoaudiologia.
	Portaria n.º 289, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Educação Física – Bacharelado.
	Portaria n.º 302, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Gestão Ambiental.
	Portaria n.º 305, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Zootecnia.
	Portaria n.º 288, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Biomedicina.
	Portaria n.º 297, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Nutrição.
	Portaria n.º 292, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Fisioterapia.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ENADE	Portaria n.º 296, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Medicina Veterinária.
	Portaria n.º 301, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Estética e Cosmética.
	Portaria n.º 291, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Farmácia.
	Portaria n.º 299, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Serviço Social.
	Portaria n.º 290, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Enfermagem.
	Portaria n.º 304, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Radiologia.
	Portaria n.º 507, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Matemática.
	Portaria n.º 494, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Filosofia.
	Portaria n.º 480, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação.
	Portaria n.º 475, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Sociais.
	Portaria n.º 496, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Física – Bacharelado.
	Portaria n.º 471, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Biológicas.
	Portaria n.º 478, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial.
	Portaria n.º 484, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia.
	Portaria n.º 492, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Química.
	Portaria n.º 493, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Formação Geral.
	Portaria n.º 473, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciência da Computação.
	Portaria n.º 485, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Civil.
	Portaria n.º 500, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de História.
	Portaria n.º 503, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras-Português.
Portaria n.º 489, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Florestal.	
Portaria n.º 511, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Química.	

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ENADE	Portaria n.º 513, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Sistemas de Informação.
	Portaria n.º 476, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Sociais.
	Portaria n.º 495, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Filosofia.
	Portaria n.º 509, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Música.
	Portaria n.º 508, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Matemática.
	Portaria n.º 472, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Biológicas.
	Portaria n.º 474, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciência da Computação.
	Portaria n.º 477, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.
	Portaria n.º 482, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Alimentos.
	Portaria n.º 479, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Redes de Computadores.
	Portaria n.º 490, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Mecânica.
	Portaria n.º 491, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Produção.
	Portaria n.º 483, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Ambiental.
	Portaria n.º 497, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Física – Licenciatura.
	Portaria n.º 506, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras – Português- Inglês.
	Portaria n.º 469, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Arquitetura e Urbanismo.
	Portaria n.º 481, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Educação Física.
	Portaria n.º 488, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Elétrica.
	Portaria n.º 498, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Geografia.
	Portaria n.º 486, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Computação.
Portaria n.º 504, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras-Português.	
Portaria n.º 487, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Controle e Automação.	

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
Portaria n.º 502, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras-Inglês.
Portaria n.º 501, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de História.
Portaria n.º 512, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Química.
Portaria n.º 470, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Artes Visuais.
Portaria n.º 499, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Geografia.
Portaria n.º 510, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Pedagogia.
Instrução Normativa n.º 2, de 18 de dezembro de 2017	Instituída Comissão Técnica Avaliadora.
Portaria n.º 437, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Administração Pública para o Enade 2018.
Portaria n.º 438, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Administração para o Enade 2018.
Portaria n.º 439, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Ciências Contábeis para o Enade 2018.
Portaria n.º 440, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Ciências Econômicas para o Enade 2018.
Portaria n.º 441, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda para o Enade 2018.
Portaria n.º 442, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Desing para o Enade 2018.
Portaria n.º 443, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Direito para o Enade 2018.
Portaria n.º 444, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Formação Geral para o Enade 2018.
Portaria n.º 445, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gastronomia para o Enade 2018.
Portaria n.º 446, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Comunicação Social – Jornalismo para o Enade 2018.
Portaria n.º 447, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Psicologia para o Enade 2018.
Portaria n.º 448, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Relações Internacionais para o Enade 2018.
Portaria n.º 449, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Secretariado Executivo para o Enade 2018.
Portaria n.º 450, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Serviço Social para o Enade 2018.
Portaria n.º 451, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Comércio Exterior para o Enade 2018.

ENADE

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ENADE	Portaria n.º 452, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design de Interiores para o Enade 2018.
	Portaria n.º 453, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design de Moda para o Enade 2018.
	Portaria n.º 454, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design Gráfico para o Enade 2018.
	Portaria n.º 455, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Comercial para o Enade 2018.
	Portaria n.º 456, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão da Qualidade para o Enade 2018.
	Portaria n.º 457, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos para o Enade 2018.
	Portaria n.º 458, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Pública para o Enade 2018.
	Portaria n.º 459, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Logística para o Enade 2018.
	Portaria n.º 460, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Marketing para o Enade 2018.
	Portaria n.º 461, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Processos Gerenciais para o Enade 2018.
	Portaria n.º 462, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Teologia para o Enade 2018.
	Portaria n.º 463, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Turismo para o Enade 2018.
	Portaria n.º 473, de 5 de junho de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Financeira para o Enade 2018.
	Portaria n.º 489, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Agronomia para o Enade 2019.
	Portaria n.º 490, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Arquitetura e Urbanismo para o Enade 2019.
	Portaria n.º 491, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Biomedicina para o Enade 2019.
	Portaria n.º 492, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Educação Física – Bacharelado para o Enade 2019.
	Portaria n.º 493, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Enfermagem para o Enade 2019.
	Portaria n.º 494, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Ambiental para o Enade 2019.
	Portaria n.º 495, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Civil para o Enade 2019.
Portaria n.º 496, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Controle e Automação para o Enade 2019.	
Portaria n.º 497, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Computação para o Enade 2019.	

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
Portaria n.º 498, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Alimentos para o Enade 2019.
Portaria n.º 499, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Produção para o Enade 2019.
Portaria n.º 500, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Elétrica para o Enade 2019.
Portaria n.º 501, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Florestal para o Enade 2019.
Portaria n.º 502, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Mecânica para o Enade 2019.
Portaria n.º 503, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Química para o Enade 2019.
Portaria n.º 504, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Farmácia para o Enade 2019.
Portaria n.º 505, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Fisioterapia para o Enade 2019.
Portaria n.º 506, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Fonoaudiologia para o Enade 2019.
Portaria n.º 507, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Medicina para o Enade 2019.
Portaria n.º 508, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Medicina Veterinária para o Enade 2019.
Portaria n.º 509, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Nutrição para o Enade 2019.
Portaria n.º 510, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Odontologia para o Enade 2019.
Portaria n.º 511, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Zootecnia para o Enade 2019.
Portaria n.º 512, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Agronegócio para o Enade 2019.
Portaria n.º 513, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Estética e Cosmética para o Enade 2019.
Portaria n.º 514, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Ambiental para o Enade 2019.
Portaria n.º 515, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Hospitalar para o Enade 2019.
Portaria n.º 516, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Radiologia para o Enade 2019.
Portaria n.º 517, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Segurança no Trabalho para o Enade 2019.
Portaria n.º 518, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Enade 2019.
Portaria n.º 261, de 6 de março de 2020	Institui as Comissões Assessoras de Área (CAA) para realização de atividades referentes ao Enade 2020.
Nota Técnica n.º 2/2020 CGENADE/DAES	Constituição de normatização da CAT (Nota Técnica 02/2020/CGENADE/DAES).

ENADE

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ENADE	Portaria n.º 225, de 13 de fevereiro de 2020	Institui a Comissão de Assessoramento Técnico (CAT) para realização dos exames e avaliações no âmbito da educação superior.
	Nota Técnica n.º 3/2020/CGENADE/DAES	Subsídia a constituição e a nomeação das Comissões Assessoras de Área para realização de atividades referentes ao Enade 2020, com solicitação de empenho para pagamento de Auxílio de Avaliação Educacional (AAE) às referidas comissões.
	Deliberação n.º 1, de 9 de janeiro de 2020	Atuação de comissão de servidores na análise de solicitações de dispensa e de recursos impetrados por instituições de educação superior e estudantes para o Enade 2019.
	Deliberação n.º 2, de 21 de janeiro de 2020	Atuação de comissão de planejamento do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida).
	Deliberação n.º 26, de 3 de abril de 2020	Atuação de comissão de planejamento do Revalida.
	Deliberação n.º 25, de 3 de abril de 2020	Atuação de comissão de planejamento do Revalida.
	Deliberação n.º 27, de 13 de abril de 2020	Atuação de comissão de planejamento do Revalida.
	Deliberação n.º 28, de 8 de maio de 2020	Atuação de comissão de planejamento do Revalida.
AVALIAÇÃO IN LOCO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR		
AVALIAÇÃO IN LOCO	Portaria n.º 73, de 9 de agosto de 2002	Dispõe sobre a designação de profissionais para participar de processos de avaliação de instituições de educação superior.
	Portaria n.º 19, de 20 de dezembro de 2017	Dispõe sobre os procedimentos de competência do Inep referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
	Instrução Normativa n.º 2, de 18 de dezembro de 2017	Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Inep referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
	Instrução Normativa n.º 2, de 22 de dezembro de 2017	Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017.
	Instrução Normativa n.º 2, de 21 de novembro de 2018	Regulamenta o Capítulo II da Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018.
	Instrução Normativa n.º 4, de 29 de novembro de 2018	Regulamenta o Capítulo II da Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
Instrução Normativa n.º 5, de 29 de novembro de 2018	Disciplina a capacitação dos integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) vinculados aos instrumentos anteriores aos previstos nas portarias n.ºs 1.382 e 1.383.
Instrução Normativa n.º 1, de 15 de dezembro de 2017	Regulamenta o fluxo dos processos que chegaram à fase de avaliação externa in loco pelo Inep, a partir da vigência das portarias n.ºs 1.382 e 1.383, de 31 de outubro de 2017.
Nota Técnica n.º 16/2017/CGACGIES/DAES	Novos instrumentos de avaliação externa: instrumentos de avaliação institucional externa – presencial e a distância (IAIE); instrumentos de avaliação de cursos de graduação – presencial e a distância (IACG).
Nota Técnica n.º 2/2018/CGACGIES/DAES	Revisão dos itens 4.9 e 5.5 da Nota Técnica n.º 16/2017/CGACGIES/DAES.
Nota Técnica n.º 34/2016/DAES	Documentos orientadores de referência aos processos de avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)
Nota Técnica n.º 25/2015/DAES	Requisitos legais e normativos elencados nos IAIE; credenciamento e credenciamento de organização acadêmica (presencial); orientações aos avaliadores institucionais do BASis.
Nota Técnica n.º 23/2015/DAES	Esclarecimento sobre o indicador 3.6 IACG – presencial e a distância.
Nota Técnica n.º 31/2015/DAES	Orientações para aplicação do indicador 2.10 do IACG – presencial e a distância.
Nota Técnica n.º 44/2015/DAES	Formação de comissões técnicas para o aprimoramento da utilização do IACG.
Nota Técnica n.º 40/2015/DAES	Adequação do IACG – presencial e a distância – ao curso de graduação em Medicina – Comissão Técnica de Medicina (consulta pública).
Nota Técnica n.º 22/2015/DAES	Retificação de alterações realizadas para o IACG – presencial e a distância.
Nota Técnica n.º 8/2015/DAES	Revisão do IACG nos graus de superior em tecnologia, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presencial e a distância, do Sinaes.
Nota Técnica n.º 62/2014/DAES	Definição da estrutura do relatório de autoavaliação institucional.
Nota Técnica n.º 65/2014/DAES	Roteiro para relatório de autoavaliação institucional.
Nota Técnica n.º 68/2014/DAES	Formação de comissões técnicas para o aprimoramento da utilização do IACG.
Nota Técnica n.º 14/2014/DAES	Instrumento de avaliação institucional externa do Sinaes.
Nota Técnica n.º 12/2014/DAES	Análise das sugestões de alteração do novo instrumento de avaliação institucional externa.
Nota Técnica n.º 28/2013/DAES	Consolidação do instrumento de avaliação institucional externa do Sinaes.
Nota Técnica Conjunta n.º 9/2011/DAES/INEP -e SERES/MEC	Avaliação de cursos e instituições no ciclo avaliativo, como referencial para os processos de renovação de reconhecimento e credenciamento do Sinaes.

AVALIAÇÃO IN LOCO

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
EXAME NACIONAL DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS MÉDICOS EXPEDIDOS POR INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR ESTRANGEIRA (REVALIDA)	
Nota Técnica n.º 3/2018/CGENADE/DAES	Metodologia de elaboração das provas do Revalida.
Nota Técnica DAES/INEP n.º 23/2016	Metodologia de composição da Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica (CAAFM).
Nota Técnica n.º 4/2018/CGENADE/DAES	Descreve os procedimentos e métodos adotados na definição das notas de corte das provas escrita e prática do Revalida.
Edital n.º 1, de 12 de janeiro de 2010	Projeto-piloto de Revalidação de Diplomas de Médico Obtidos no Exterior.
Edital n.º 8, de 7 de outubro de 2010	Torna público o edital de convocação para cadastramento de dados e realização das provas escritas e da prova prática de habilidades clínicas do Processo de Revalidação de Diplomas de Médico Obtidos no Exterior.
Edital n.º 11, de 13 de outubro de 2010	Retifica o Edital n.º 8, de 7 de outubro de 2010.
Edital n.º 20, de 16 de dezembro de 2010	Torna público o resultado final da prova prática de habilidades clínicas, referente ao Processo de Revalidação de Diplomas de Médico Obtidos no Exterior.
Edital n.º 8, de 24 de junho de 2011	Rege sobre a realização da edição 2011 do Revalida.
Edital n.º 7, de 20 de setembro de 2012	Rege sobre a realização da edição 2012 do Revalida.
Edital n.º 2, de 12 de julho de 2013	Rege sobre a realização de pré-teste para estudo do instrumento de avaliação do Revalida.
Edital n.º 1, de 12 de julho de 2013	Rege sobre a realização da edição 2013 do Revalida.
Edital n.º 3, de 25 de julho de 2013	Pré-teste para estudo de instrumento de avaliação.
Edital n.º 4, de 30 de julho de 2013	Prorroga o prazo de inscrição previsto no item 2.1 do Edital n.º 2, de 12 de julho de 2013 (pré-teste para estudo do instrumento de avaliação).
Edital n.º 5, de 5 de agosto de 2013	Prorroga o prazo de inscrição previsto no item 2.1 do Edital n.º 2, de 12 de julho de 2013 (pré-teste para estudo do instrumento de avaliação).
Edital n.º 8, de 25 de setembro de 2013	Altera a data de aplicação da prova de habilidades clínicas e prorroga o prazo do resultado final das provas escritas e de habilidades clínicas.
Portaria n.º 144, de 11 de abril de 2013	Instituído o Comitê Coordenador da Subcomissão do Revalida.
Edital n.º 16, de 5 de junho de 2014	Rege sobre a realização da edição 2014 do Revalida.
Edital n.º 18, de 4 de setembro de 2015	Rege sobre a realização da edição 2015 do Revalida.

REVALIDA

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
REVALIDA	Edital n.º 22, de 2 de agosto de 2016	Rege sobre a realização da edição 2016 do Revalida.
	Edital n.º 42, de 14 de julho de 2017	Dispõe sobre as diretrizes, os procedimentos e os prazos do Revalida 2017 implementados pelo Inep.
	Edital n.º 91, de 10 de outubro de 2018	Dispõe sobre as diretrizes, os procedimentos e os prazos da 2ª etapa – prova de habilidades clínicas do Revalida 2017.
	Edital n.º 22, de 16 de abril de 2019	Dispõe expressamente sobre a convocação dos participantes com códigos de inscrição indicados no item 1.2 para reaplicação das estações 1 (um) e 6 (seis) da 2ª etapa – prova de habilidades clínicas do Revalida 2017.
	Edital n.º 17, de 29 de março de 2019	Torna pública a abertura de novo prazo recursal aos participantes da 2ª etapa do Revalida 2016.
	Portaria n.º 168, de 1 de abril de 2016	Institui a Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina (Anasem).
	Portaria n.º 144, de 11 de abril de 2013	Confere atribuições ao Comitê Coordenador da Subcomissão do Revalida.
	Portaria n.º 483, de 8 de setembro de 2016	Estabelece, para o ano de 2016, a aplicação da Anasem aos estudantes do 2º ano.
	Portaria n.º 430, de 02 de julho de 2020	Institui a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica (CAAFM), para realização de atividades referentes às edições do Revalida.
CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Portaria n.º 2, de 24 de janeiro de 2003	Dispõe sobre o Censo Escolar 2003.
	Portaria n.º 12, de 17 de fevereiro de 2004	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as diversas etapas do processo de execução do Censo Escolar 2004.
	Portaria n.º 156, de 20 de outubro de 2004	Determina às unidades escolares a adequação de suas fichas de matrícula aos quesitos do questionário do Censo Escolar.
	Portaria n.º 9-A, de 14 de fevereiro de 2005	Estabelece as etapas do processo de execução do Censo Escolar 2005.
	Portaria n.º 14, de 16 de fevereiro de 2006	Estabelece as etapas do processo de execução do Censo Escolar 2006.
	Portaria n.º 46, de 27 de abril de 2007	Estabelece as etapas do processo de execução do Censo Escolar 2007.
	Portaria n.º 264, de 26 de março de 2007	Institui o Dia Nacional do Censo Escolar como a última quarta-feira do mês de maio de cada ano.
	Portaria n.º 316, de 4 de abril de 2007	Regulamenta o Censo Escolar da educação básica e a competência do Inep durante esse processo.
Portaria n.º 68, de 30 de abril de 2008	Estabelece, para as diversas etapas e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2008, realizado via internet em todo o território nacional, as datas e os responsáveis que especifica.	

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Portaria n.º 58, de 3 de abril de 2009	Torna as informações do Cadastro de Alunos, Docentes, Auxiliares de Educação Infantil e Escolas (Cadmec) parte integrante do banco de dados do Censo Escolar.
	Portaria n.º 84, de 6 de maio de 2009	Estabelece, para as diversas etapas e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2009, realizado via Internet em todo o território nacional, as datas e os responsáveis que especifica.
	Portaria n.º 45, de 12 de fevereiro de 2010	Estabelece as datas para as diversas etapas e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2010.
	Portaria n.º 98, de 29 de abril de 2011	Estabelece para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2011, realizado via internet em todo o território nacional, as datas e os respectivos responsáveis.
	Portaria n.º 235, de 4 de agosto de 2011	Estabelece parâmetros para a validação e a publicação das informações declaradas ao Censo Escolar com vistas ao controle de qualidade e define as atribuições dos responsáveis pela declaração das informações.
	Portaria n.º 138, de 4 de abril de 2013	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2013, realizado via Internet em todo o território nacional.
	Portaria n.º 105, de 14 de março de 2014	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2014.
	Portaria n.º 109, de 17 de março de 2014	Prorroga as datas estabelecidas no art. 1º da Portaria n.º 138, de 4 de abril de 2013, relativas às etapas de coleta e atividades do processo de realização do Censo Escolar 2013.
	Portaria n.º 196, de 27 de maio de 2015	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2015.
	Portaria n.º 355, de 11 de agosto de 2015	Prorroga as datas estabelecidas nas alíneas “b”, “c”, “l” e “m” do inciso I, artigo 1º da Portaria n.º 196, de 26 de maio de 2015, relativas às etapas de coleta e atividades do processo de realização do Censo Escolar 2015.
	Portaria n.º 120, de 7 de março de 2016	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2016.
	Portaria n.º 105, 14 de março de 2015	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2014.
	Portaria n.º 286, de 7 de junho de 2016	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2016.
	Portaria n.º 1.017, de 19 de novembro de 2018	Torna sem efeito a Portaria n.º 733, de 17 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União n.º 136, seção 1, pp. 26 e 27, de 20 de julho de 2015, que retifica dados do Censo Escolar 2014.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
Portaria n.º 269, de 23 de março de 2017	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2017.
Portaria n.º 254, de 11 de abril de 2018	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2018, realizado via internet, por meio do sistema Educacenso, em todo o território nacional.
Portaria n.º 503, de 11 de junho de 2018	Verificação in loco do Censo Escolar.
Portaria n.º 249, de 20 de março de 2019	Define o cronograma de atividades do Censo Escolar 2019.
Portaria n.º 357, de 22 de maio de 2020	Define o cronograma de atividades do Censo Escolar 2020.
Nota Técnica n.º 004/2008	Procedimentos para notificar as escolas que não informarem os dados do Censo Escolar.
Nota Técnica n.º 005/2008	Divulgação de informações constantes no Banco de Dados do Censo Escolar 2007.
Nota Técnica n.º 006/2008	Processos da Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep referentes ao Censo Escolar.
Nota Técnica n.º 002/2009	Sigilo de informações constantes no banco de dados do Censo Escolar.
Nota Técnica Conjunta n.º 001/2011	Reestruturação da base de dados de cadastro do Sistema Educacenso.
Nota Técnica pesquisa de controle de qualidade do Censo da educação básica 2011	Dispõe sobre a metodologia utilizada na pesquisa e os principais resultados do Censo da Escolar 2011.
Nota Técnica n.º 003/2013	Dispõe sobre as ações realizadas com os dados coletados pelo Censo Escolar para o cálculo das taxas de rendimento escolar.
Nota Técnica n.º 004/2013	Procedimentos para a realização da Avaliação in loco das informações prestadas ao Censo Escolar da educação básica quanto à fidedgnidade dos dados com base nos registros escolares.
Portaria n.º 12, de 16 de abril de 2003	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal.
Portaria n.º 10, de 17 de fevereiro de 2004	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2004.
Portaria n.º 35, de 28 de fevereiro de 2005	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2005.
Portaria n.º 181, de 31 de agosto de 2005	Determina repasse orçamentário e financeiro ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando à execução da pesquisa de verificação dos dados declarados ao Censo Escolar 2005.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Portaria n.º 45, de 19 de abril de 2006	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2006 e a implementação do Cadastro de Alunos, Docentes, Auxiliares de Educação Infantil e Escolas (Cadmec).
	Portaria n.º 46, de 19 de abril de 2006	Estabelece o critério para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, objetivando apoio técnico para a realização do Censo Escolar 2006 e a implementação do Cadastro de Alunos, Docentes, Auxiliares de Educação Infantil e Escolas (Cadmec).
	Portaria n.º 38, de 10 de abril de 2007	Estabelece critério de Transferência de Recursos para Despesa de Capital aos Estados e ao Distrito Federal, objetivando apoio técnico para realização do Censo Escolar 2007.
	Portaria n.º 39, de 10 de abril de 2007	Estabelece a Tabela de Valores de Transferência de Recursos para Despesa Corrente aos Estados e ao Distrito Federal, segundo o critério de faixas por unidade de coleta, com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2007.
	Portaria n.º 147, de 20 de maio de 2010	Estabelece os limites máximos de valores para a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2010.
	Portaria n.º 47, de 10 de março de 2011	Estabelece limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, referentes ao ano letivo de 2011.
	Portaria n.º 143, de 9 de abril de 2013	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2013, em todos os levantamentos, bem como aquelas relativas à disseminação e à análise quantitativa e qualitativa das informações declaradas que subsidiam a implementação de políticas públicas educacionais nas diferentes esferas governamentais.
	Portaria n.º 148, de 4 de maio de 2015	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência Voluntária aos Estados e Distrito Federal, com o objetivo de apoiar a execução do Censo Escolar 2015.
	Portaria n.º 39, de 8 de fevereiro de 2012	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2012, em todos os levantamentos.
	Portaria n.º 143, de 9 de abril de 2013	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2013, em todos os levantamentos, bem como aquelas relativas à disseminação e à análise quantitativa e qualitativa das informações declaradas que subsidiam a implementação de políticas públicas educacionais nas diferentes esferas governamentais.
	Portaria n.º 148, de 4 de maio de 2015	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência Voluntária aos Estados e Distrito Federal, com o objetivo de apoiar a execução do Censo Escolar 2015.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
CENSO ESC. DA EDUC. BÁSICA	Portaria n.º 45, de 2 de fevereiro de 2016	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e Distrito Federal, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2016, em todos os levantamentos, bem como aquelas relativas à disseminação e à análise quantitativa e qualitativa das informações declaradas que subsidiam a implementação de políticas públicas educacionais nas diferentes esferas governamentais.
	Portaria n.º 650, de 31 de julho de 2018	Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar previstas no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito do Inep.
	Portaria n.º 104, de 18 de fevereiro de 2019	Dispõe sobre as transferências de recursos para estados e Distrito Federal para apoio às atividades de execução do Censo Escolar 2019 e 2020.
	Nota Técnica Conjunta n.º 003/2014	Matrículas do Segmento Profissional da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada.
	Nota Técnica n.º 25/2014	Considerações acerca da minuta de Portaria Interministerial MEC/MDS (atribuições do Inep); NIS.
CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR		
CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Portaria n.º 44, de 12 de fevereiro de 2010	Estabelece as datas para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2009.
	Portaria n.º 80, de 6 de abril de 2010	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2009.
	Portaria n.º 130, de 30 de abril de 2010	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2009.
	Portaria n.º 13, de 14 de janeiro de 2011	Fixa as etapas do Censo da Educação Superior 2010.
	Portaria n.º 85, de 12 de abril de 2011	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2010.
	Portaria n.º 107 de 16 de maio de 2011	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2010.
	Portaria n.º 437, de 22 de dezembro de 2011	Ficam estabelecidas as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2011.
	Portaria n.º 99, de 16 de abril de 2012	Prorroga os prazos estabelecidos no art. 1º da Portaria n.º 437, de 20 de dezembro de 2011, relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2011.
	Portaria n.º 9, de 14 de janeiro de 2013	Ficam estabelecidos para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2012, realizado via internet em todo o território nacional, as datas e respectivos responsáveis.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
Portaria n.º 200, de 26 de abril de 2013	Prorroga os prazos estabelecidos no art. 1º da Portaria n.º 9, de 14 de janeiro de 2013, relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2012, realizado via internet em todo o território nacional.
Portaria n.º 794, de 23 de agosto de 2013	Dispõe sobre o Censo da Educação Superior.
Portaria n.º 523, de 6 de setembro de 2013	Prorroga o prazo estabelecido no art. 1º, alínea “h”, da Portaria n.º 200, de 26 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2013, relativo à divulgação dos dados consolidados do Censo da Educação Superior 2012, para a data de 16 de setembro de 2013.
Portaria n.º 699, de 9 de dezembro de 2013	Estabelece para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2013 um cronograma específico para as universidades federais, considerando que as informações obtidas no censo serão utilizadas para o cálculo da matriz orçamentária e outros custeios; e um segundo cronograma para os Institutos e centros tecnológicos federais, faculdades isoladas federais e demais instituições de educação superior (estaduais, municipais, privadas e especiais).
Portaria n.º 174, de 22 de abril de 2014	Prorroga os prazos estabelecidos no art. 1º, incisos I, II e III, da Portaria n.º 699, de 6 de dezembro de 2013, relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2013.
Portaria n.º 597, de 16 de dezembro de 2014	Cronograma do Censo da Educação Superior 2014.
Portaria n.º 85, de 25 de março de 2015	Prorroga os prazos relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2014, conforme o cronograma do Censo da Educação Superior 2015.
Portaria n.º 132, de 23 de abril de 2015	Prorroga os prazos para os Institutos e centros tecnológicos federais, faculdades isoladas federais e demais instituições de educação superior (estaduais, municipais, privadas e especiais), relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2014.
Portaria n.º 563, de 17 de dezembro de 2015	Cronograma do Censo da Educação Superior 2015.
Portaria n.º 9, de 14 de janeiro de 2013	Ficam estabelecidos para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2012, realizado via internet em todo o território nacional, as datas e respectivos responsáveis.
Portaria n.º 576, de 24 de novembro de 2016	Estabelece para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2016 um cronograma específico para as universidades federais, considerando que as informações obtidas pelo censo serão utilizadas para o cálculo da matriz orçamentária e outros custeios; e um segundo cronograma para os Institutos e centros tecnológicos federais, faculdades isoladas federais e demais instituições de educação superior (estaduais, municipais, privadas e especiais).
Portaria n.º 911, de 22 de novembro de 2017	Cronograma do Censo da Educação Superior 2017.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
CENSO ED. SUP	Portaria n.º 945, de 26 de outubro de 2018	Cronograma do Censo da Educação Superior 2018.
	Portaria n.º 417, de 14 maio de 2019	Institui o Banco de Colaboradores dos Censos Educacionais do Inep.
	Portaria n.º 911, de 6 de novembro de 2019	Cronograma do Censo da Educação Superior 2019.
	Portaria n.º 994, de 27 de novembro de 2019	Designa os membros da Comissão Técnica de Classificação de Cursos (CTCC).
	Portaria n.º 319, de 23 de abril de 2020	Altera o cronograma do Censo da Educação Superior 2019.
INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR		
INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Portaria n.º 23, de 1º de dezembro de 2010	Altera dispositivos da Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007.
	Portaria n.º 12, de 5 de setembro de 2008	Institui o Índice Geral de Cursos da instituição de educação superior (IGC).
	Portaria n.º 4, de 5 de agosto de 2008	Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
	Portaria n.º 599, de 17 de dezembro de 2014	Publica os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2013 (IGC 2013).
	Portaria n.º 58, de 12 de março de 2015	Publica o resultado do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2013 (IGC 2013).
	Portaria n.º 35, de 9 de fevereiro de 2015	Publica os resultados do Conceito Enade e do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referentes ao ano de 2013.
	Nota Técnica n.º 19/2017/CGCQES/DAES	Esclarece o procedimento de divulgação dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior de cursos e instituições de educação superior, referentes à edição de 2015, que estejam direta ou indiretamente relacionados a situações de questionamento de instituições apresentadas judicialmente, sem decisão judicial final.
	Nota Técnica n.º 22/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2017.
	Nota Técnica n.º 11/2017/CGCQES/DAES	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos a serem adotados em relação ao cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (Conceito Enade, CPC e IGC) referentes ao ano de 2015, dos cursos de graduação e/ou instituições de educação superior afetados pelos problemas ocorridos durante a aplicação do Enade 2015, descritos na Nota Técnica DAES/INEP n.º 62, de 23 de dezembro de 2016.
	Nota Técnica n.º 2/2017/CGCQES/DAES	O objetivo desta Nota Técnica é apresentar a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade 1 referente ao ano de 2015.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
Nota Técnica n.º 3/2017/CGCQES/DAES	O objetivo desta Nota Técnica é apresentar a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso 1 (CPC), indicador de qualidade que combina, em uma única medida, diferentes aspectos relativos aos cursos de graduação.
Nota Técnica n.º 4/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2015.
Portaria n.º 23, de 20 de dezembro de 2016	Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
Nota Técnica n.º 4/2018/CGCQES/DAES	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos adotados para a retificação do Índice Geral de Curso Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano 2016.
Nota Técnica n.º 53/2017/CGCQES/DAES	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos adotados para a retificação das bases de insumos de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Curso Avaliados da Instituição (IGC), referentes ao ano 2016.
Nota Técnica n.º 32/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2016. Os procedimentos descritos seguem as instruções estabelecidas pela Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 2010, e alterada pela Portaria Normativa n.º 23, de 20 de dezembro de 2016.
Nota Técnica n.º 33/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), referente ao ano de 2016.
Nota Técnica n.º 39/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2016.
Nota Técnica n.º 44/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2018.
Nota Técnica n.º 46/2017/CGCQES/DAES	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos adotados para a retificação do Conceito Enade e do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referentes ao ano de 2016.
Portaria n.º 550, de 20 de junho de 2017	Estabelece aspectos gerais e procedimentos relativos à manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e à divulgação dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, referentes ao ano de 2016.
Portaria n.º 209, de 7 de março de 2017	Publica os resultados do IGC 2015, conforme Anexo I, e os resultados do Conceito Enade 2015 e do CPC 2015, conforme Anexo II.

INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Nota Técnica n.º 16/2018/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2017. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pela Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.
	Nota Técnica n.º 17/2018/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referente ao ano de 2017. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pela Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.
	Nota Técnica n.º 18/2018/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC). Os procedimentos descritos seguem as instruções estabelecidas pela Portaria Normativa MEC n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.
	Nota Técnica n.º 19/2018/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2017. Os procedimentos descritos seguem as instruções estabelecidas pela Portaria Normativa MEC n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.
	Nota Técnica n.º 38/2018/CGCQES/DAES	Delimitação do problema de aplicação no Enade 2017 e identificação de indivíduos, cursos e instituições de educação superior afetados.
	Portaria n.º 515, de 14 de junho de 2018	Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2017, estabelece os aspectos gerais de cálculo, procedimentos de manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e divulgação de resultados.
	Portaria n.º 840, de 24 de agosto de 2018	Dispõe sobre os procedimentos de competência do Inep referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
	Nota Técnica n.º 56/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 3 de setembro de 2018.
	Nota Técnica n.º 37/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 03 de setembro de 2018.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Nota Técnica n.º 44/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 03 de setembro de 2018.
	Nota Técnica n.º 45/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 03 de setembro de 2018.
	Portaria n.º 586, de 9 de julho de 2019	Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2018, estabelece os aspectos gerais de cálculo e os procedimentos de manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e realiza divulgação de resultados.
	Nota Técnica n.º 12/2017/CGCQES/DAES	Esclarece o procedimento de cálculo da nota final do Enade.
	Nota Técnica n.º 44/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2018.
	Nota Técnica n.º 2/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2015.
	Nota Técnica n.º 56/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2018.
	Nota Técnica n.º 18/2018/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC).
	Portaria n.º 1890, de 3 de julho de 2002	Estabelece os cursos avaliados pelo Enade 2003.
	Portaria n.º 429, de 2 de julho de 2020	Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2019, estabelece os aspectos gerais de cálculo e os procedimentos de manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e realiza divulgação de resultados.
MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)		
	Portaria n.º 424, de 9 de outubro de 2015	Propõe consulta pública para coletar contribuições para avaliação do PNE (2014-2024).
LINHA EDITORIAL		
	Portaria n.º 598, de 9 de julho de 2019	Estabelece a criação e regulamenta a composição e as atribuições da editoria científica da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP).
	Portaria n.º 600, de 9 de julho de 2019	Estabelece a criação e regulamenta a composição e as atribuições do comitê editorial da revista Em Aberto.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
 Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	
Portaria n.º 74, de 4 de abril de 1997	Institui o Boletim de Serviço (BS).
Portaria n.º 189, de 11 de setembro de 2007	Dispõe sobre a participação do Inep em comitês instituídos no âmbito do Ministério da Educação.
Portaria n.º 212, de 1º de novembro de 2007	Ações em informação e em comunicação Web do Inep.
Portaria n.º 93, de 13 de abril de 2010	Publicidade de utilidade pública.
Portaria n.º 131, de 3 de maio de 2010	Delega função ao Assessor Técnico responsável pela Comunicação Social do Inep.
Portaria n.º 44, de 14 fevereiro de 2012	Apresenta estrutura do modelo de gestão estratégica do Inep.
Portaria n.º 68, de 15 de março de 2012	Delega competência ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao Inep e, em sua ausência, ao seu substituto legal, para receber intimações e notificações em mandados de segurança e habeas data, dirigidos ao Presidente e aos dirigentes da Autarquia.
Portaria Conjunta PF (Inep) n.º 1, de 16 de dezembro de 2013	Estabelece diretrizes para o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Inep.
Portaria n.º 643, de 23 de dezembro de 2016	Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos do Inep.
Portaria n.º 35, de 16 de janeiro de 2017	Adotar, como bandeira institucional do Inep, o modelo e respectivo estudo conceitual apresentados pela Diretoria de Estudos Educacionais do Instituto.
Portaria n.º 36, de 16 de janeiro de 2017	Institui o Prêmio Inep de Jornalismo – Avaliações e Estatísticas Educacionais, no contexto das comemorações alusivas aos 80 anos do Inep.
Portaria n.º 372, de 8 de maio de 2017	Dispõe sobre o pagamento, no âmbito do Inep, do Auxílio de Avaliação Educacional (AAE).
Portaria n.º 986, de 21 de dezembro de 2017	Aprova o Regimento Interno do Inep.
Portaria n.º 637, de 26 de julho de 2018	Institui o Prêmio Calouro-Destaque.
Portaria n.º 648, de 31 de julho de 2018	Institui o Prêmio Honra ao Mérito Educacional do Inep.
Portaria n.º 230, de 2 de abril de 2018	Dispõe sobre o 2º Prêmio Inep de Jornalismo – Avaliações e Estatísticas Educacionais.
Portaria n.º 500, de 8 de junho de 2018	Dispõe sobre normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico no âmbito do Inep.

ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ORGANIZACIONAL E AMB. EXTERNO	Ofício-circular n.º 0501457/2020/GAB-Inep	Dispõe sobre medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública – COVID-19.
	Ofício-circular n.º 0515378/2020/GAB-Inep	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública – COVID-19.
	Ofício-circular n.º 0502286/2020/GAB-Inep	Medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública – COVID-19.
	Portaria n.º 326, de 4 de maio de 2020	Dispõe sobre procedimentos relativos a servidores efetivos do Inep a outros órgãos durante o período de isolamento social.
	Ofício-circular n.º 0531602/2020/GAB-Inep	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública – COVID-19.
	Portaria n.º 306, de 13 de abril de 2020	Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos editados pelo Inep.
ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO COMISSÃO DE ÉTICA		
	Portaria n.º 207, de 14 de novembro de 2008	Constitui a Comissão de Ética.
	Portaria n.º 118, de 3 de maio de 2012	Designa membros da Comissão de Ética do Inep e dá orientações.
	Resolução n.º 1, de 30 de abril de 2018	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética do Inep.
	Portaria n.º 579, de 4 de julho de 2018	Institui o Código de Ética dos Servidores do Inep.
ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL		
	Portaria n.º 430, de 3 de novembro de 2010	Extingue a Comissão Permanente de Análise de Contratações de Consultoria por Produto (CCPD) e delega a competência aos diretores.
	Portaria n.º 165, de 22 de abril de 2013	Altera artigo da Portaria n.º 430/2010.
	Portaria n.º 26, de 18 de janeiro de 2016	Estabelece procedimentos a serem adotados no âmbito dos acordos de cooperação internacional para contratação de consultoria.
	Portaria n.º 251, de 20 de março de 2019	Reorganiza o Comitê Executivo de Planejamento e Monitoramento de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (CEPCT/Inep).
	Portaria n.º 538, de 11 de junho de 2019	Designa os coordenadores do Projeto PNUD BRA/15/002.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
 Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO METAS INSTITUCIONAIS	
Portaria n.º 92, de 11 de setembro de 2002	Fixa as metas do Inep para o período compreendido entre 1º de setembro de 2002 e 28 de fevereiro de 2003.
Portaria n.º 6, de 13 de março de 2003	Fixa as metas do Inep para o período compreendido entre 1º de março de 2003 e 29 de fevereiro de 2004.
Portaria n.º 58, de 17 de abril de 2008	Fixa as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008.
Portaria n.º 348, de 23 de setembro de 2011	Retifica as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de outubro de 2010 e 30 de setembro de 2011.
Portaria n.º 182, de 15 de maio de 2015	Estabelece as metas institucionais do Inep, para o período compreendido entre 1º de outubro de 2014 e 30 de setembro de 2015
Portaria n.º 541, de 30 de novembro de 2015	Estabelece as metas institucionais do Inep para o período 1º de outubro de 2015 e 30 de setembro de 2016
Portaria n.º 429 de 5 de agosto de 2016	Revisa a Portaria n.º 541, de 30 de novembro de 2015.
Portaria n.º 603, de 12 de julho de 2017	Estabelece as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017.
Portaria n.º 56, de 1º de fevereiro de 2018	Estabelece as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.
Portaria n.º 155, de 28 de fevereiro de 2019	Fixa as metas institucionais globais e intermediárias do Inep para o ciclo 2018/2019.
Portaria n.º 646, de 22 de julho de 2019	Publica a revisão das metas institucionais do Inep, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.
GESTÃO E GOVERNANÇA	
Portaria n.º 105, de 19 de fevereiro de 2019	Atribui ao Comitê de Governança Institucional (CGI) as competências estabelecidas na Portaria CGU n.º 1.089/2018.
Portaria n.º 899, de 23 de outubro de 2019	Recria o Comitê de Governança Institucional (CGI) do Inep.
Portaria n.º 1.039, de 19 de dezembro de 2019	Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Governança Institucional (CGI) do Inep.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
GESTÃO E GOVERNANÇA GESTÃO ADMINISTRATIVA		
GESTÃO ADMINISTRATIVA	Portaria n.º 32, de 6 de abril de 2004	Delegar ao Diretor de Gestão e Planejamento competência para autorizar viagens e conceder diárias a servidores, consultores e colaboradores eventuais, incluindo as custeadas com recursos de projetos de cooperação com organismos internacionais.
	Portaria n.º 67, de 23 de março de 2010	Definir os serviços que se enquadram como de natureza contínua.
	Portaria n.º 1.044, de 27 de dezembro de 2019	Delega competência ao Diretor de Gestão e Planejamento praticar atos de ordenador de despesas.
	Portaria n.º 344, de 14 de maio de 2020	Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, no interesse da Administração, no âmbito do Inep.
	Portaria n.º 345, de 14 de maio de 2020	Dispõe sobre a designação de servidores e prestadores de serviços para atuar nos diversos perfis do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), no âmbito do Inep.
	Portaria n.º 43, de 9 de janeiro de 2020	Dispõe sobre normas e procedimentos de segurança adotados para controle de acesso e permanência nas dependências do Inep.
	Portaria n.º 209, de 6 de fevereiro de 2020	Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Inep.
	Portaria n.º 298, de 2 de abril de 2020	Disciplina, no âmbito do Inep, o recolhimento dos valores relativos ao ressarcimento dos serviços e materiais utilizados na reprodução de documentos, postagem e fornecimento de mídia óptica (CD-ROM) a terceiros.
	Portaria n.º 304, de 9 de abril de 2020	Dispõe sobre a utilização, no âmbito do Inep, do serviço de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço, realizado por meio de táxi, no Distrito Federal e entorno (TAXIGOV).
	Portaria n.º 272, de 12 de março de 2020	Delega competência ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas do Inep para os fins que especifica.
GESTÃO E GOVERNANÇA GESTÃO DE PESSOAS		
GESTÃO DE PESSOAS	Portaria n.º 50, de 20 de junho de 2002	Aprova critérios e procedimentos para a realização da Avaliação de Desempenho Institucional e Individual para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDATA).
	Portaria n.º 75, de 14 de agosto de 2002	Designa membros para compor o Comitê de Avaliação de Desempenho (CAD) do Inep com a finalidade de julgar os recursos interpostos quanto ao resultado da avaliação individual da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDATA).
	Portaria n.º 46, de 16 de março de 2009	Regulamenta procedimentos para avaliação do estágio probatório.
	Portaria n.º 379, de 15 de outubro de 2012	Regulamenta o pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) no Inep.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
GESTÃO DE PESSOAS	Portaria n.º 23, de 29 de janeiro de 2013	Regulamenta o custeio de cursos e eventos de curta duração.
	Portaria n.º 26, de 21 de janeiro de 2014	Regulamenta promoção e progressão no Inep.
	Portaria n.º 501, de 10 de outubro de 2014	Regulamenta cessão no âmbito do Inep.
	Portaria n.º 282, de 5 de junho de 2014	Regulamenta procedimentos para solicitação de férias.
	Portaria n.º 111, de 9 de abril de 2015	Regulamenta a licença capacitação.
	Portaria n.º 399, de 17 de setembro 2015	Regulamenta a remoção interna.
	Portaria n.º 118, de 14 de abril de 2015	Regulamenta a redução de jornada dos servidores.
	Portaria n.º 564, de 11 de novembro de 2016	Regulamenta o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.
	Portaria n.º 590, de 1º de dezembro de 2016	Regulamenta o afastamento para participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	Portaria n.º 686, de 24 de agosto de 2016	Regulamenta pagamento da Retribuição por Titulação e da Gratificação de Qualificação.
Portaria n.º 697, de 8 de agosto de 2019	Regulamenta e unifica o Comitê de Gestão de Pessoas.	
GESTÃO E GOVERNANÇA POLÍTICAS E PLANOS		
POLÍTICAS E PLANOS	Portaria n.º 509, de 27 de agosto de 2013	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Inep para o período 2013-2015.
	Portaria n.º 91, de 2 de fevereiro de 2017	Torna público os princípios fundamentais e boas práticas que orientam a produção e a divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep.
	Portaria n.º 492, de 7 de junho de 2018	Institui a Política de Divulgação de Estatísticas, Exames e Avaliações, Estudos e Pesquisas Educacionais do Inep.
	Portaria n.º 827, de 5 de setembro de 2018	Designa a Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI).
	Portaria n.º 637, de 17 de julho de 2019	Disciplina o acesso às bases de dados protegidos no âmbito do Inep.
	Portaria n.º 297, de 1º de abril de 2020	Torna público o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Inep para o período 2020-2022.
	Portaria n.º 315, de 15 de abril de 2020	Aprova a atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC) do Inep.
Portaria n.º 380, de 15 de junho de 2020	Atualiza a Política de Dados Abertos do Inep e aprova o Plano de Dados Abertos para o biênio 2020-2021, na forma do anexo.	

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
GESTÃO E GOVERNANÇA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
TECNOL. DA INFORMAÇÃO	Portaria n.º 399, de 31 de outubro de 2011	Institui o processo de contratação e de gestão de contratos de bens e serviços de tecnologia da informação (TI) do Inep, bem como o processo de demandas de serviços à Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE).
	Portaria n.º 400, de 31 de outubro de 2011	Estabelece a Metodologia de Gestão e Desenvolvimento de Sistemas (MGDS) do Inep.
	Portaria n.º 97, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Gestão de Processos de Negócio (EGPN/DTDIE/Inep).
	Portaria n.º 98, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Gestão de Projetos (EGPTI/DTDIE/Inep).
	Portaria n.º 99, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Governança de Tecnologia da Informação (GOVTI/DTDIE/Inep).
	Portaria n.º 100, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação (EGSTI/DTDIE/Inep).
GESTÃO E GOVERNANÇA RECURSOS LOGÍSTICOS		
REC. LOGÍST.	Portaria n.º 902, de 29 de outubro de 2019	Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo do Inep e dá outras providências.
	Portaria n.º 908, de 1º de novembro de 2019	Dispõe sobre a utilização das vagas de garagem existentes no estacionamento interno do edifício-sede do Inep.
	Portaria n.º 43, de 9 de janeiro de 2020	Dispõe sobre normas e procedimentos de segurança adotados para controle de acesso e permanência nas dependências do Inep.
GESTÃO DE RISCO, CONTROLES INTERNOS E LOGÍSTICA		
GESTÃO DE RISCO	Portaria n.º 82, de 7 de fevereiro de 2019	Institui a Política de Gestão de Risco do Inep.
	Portaria n.º 529, de 10 de setembro de 2013	Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos de Aplicação dos Exames e Avaliações no âmbito do Inep.
	Portaria n.º 579, de 25 de novembro de 2016	Publica Protocolo de Acesso (Ambiente Seguro).
	Portaria n.º 413, de 16 de maio de 2017	Dispõe sobre os convênios a serem celebrados pelo Inep com os Operadores de Segurança Pública dos Estados para o apoio nas operações logísticas de sigilo e segurança dos exames e avaliações educacionais.
	Portaria n.º 507, de 13 de junho de 2018	Institui o Banco de Supervisores do Inep (BSI).
	Portaria n.º 397, de 10 de maio de 2019	Disciplina os procedimentos de audiências públicas sobre os editais de avaliações e exames realizados pelo Inep.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
GESTÃO DE RISCO	Portaria n.º 537, de 11 de junho de 2019	Institui a Rede Nacional de Certificadores (RNC), composta por servidores públicos do Poder Executivo Federal e os docentes da rede pública estadual e municipal, para atuar no âmbito da aplicação das avaliações e exames sob a responsabilidade do Instituto.
	Portaria n.º 804, de 10 de setembro de 2019	Institui o Comitê Gestor do Ambiente Físico Integrado Seguro (Afis) no âmbito do Inep.
	Portaria n.º 236, de 17 de fevereiro de 2020	Estabelece as normas e os procedimentos necessários para a transferência de qualquer material sigiloso de exames e avaliações no âmbito do Ambiente Físico Integrado de Segurança (Afis) do Inep para o ambiente seguro de empresa responsável pelos serviços de produção gráfica contratada pelo Instituto para os serviços de impressão dos instrumentos de aplicação de cada exame e avaliação sob seu domínio.
	Portaria n.º 237, de 17 de fevereiro de 2020	Estabelece as normas e procedimentos necessários para o retorno de qualquer material sigiloso de exames, avaliações e pré-testes do Inep sob custódia da gráfica contratada para o Ambiente Físico Integrado de Segurança (Afis) do Instituto, bem como o descarte de material sigiloso em meio físico e/ou digital pela gráfica contratada.
	Portaria n.º 238, de 18 de de fevereiro de 2020	Formalização das Transferências Voluntárias de Recursos aos Estados.
GESTÃO DE RISCO, CONTROLES INTERNOS E LOGÍSTICA AUDITORIA		
AUDITORIA	Portaria n.º 96, de 10 de março de 2014	Garantia de acesso de servidores da Auditoria Interna (Audin).
	Portaria n.º 97, de 10 de março de 2014	Atendimento de requisições de informações e monitoramento de demandas do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU).
	Portaria n.º 98, de 10 de março de 2014	Gerenciamento de informações no CGU-PAD.
	Portaria n.º 34, de 28 de janeiro de 2014	Estabelece normas para consulta de conflitos de interesse no exercício de atividades privadas por parte dos servidores do Inep.

ATOS NORMATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)
 Em cumprimento ao art. 12 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019

	Identificação do ato normativo	Descrição do ato normativo
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	
	Portaria n.º 263, de 10 de agosto de 2011	Dispõe sobre a normatização dos procedimentos de aquisição de bens e serviços, no âmbito do Inep.
	Portaria n.º 248, de 13 de julho de 2012	Normatiza e uniformiza os procedimentos funcionais e critérios para a utilização dos serviços terceirizados, que sustentam as atividades de apoio operacional administrativo, no âmbito do Inep.
	Portaria n.º 729, de 27 de dezembro de 2012	Normatização de procedimentos de licitação.
	Portaria n.º 732, de 30 de dezembro de 2013	Dispõe sobre a normatização dos procedimentos para gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do Inep.
	Portaria n.º 650, de 31 de julho de 2018	Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar, previstas no artigo 7º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito do Inep.
	Ofício-circular n.º 0452820, de 11 de dezembro de 2019	Procedimentos de Desburocratização.

INEP

Instituto Nacional
de Estudos e Pesquisas
Educaçionais Anísio Teixeira

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL